



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A8 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju  
quarta-feira • 25 de março de 2015

# Servidores cobram mais atenção do Governo com a educação pública

Professores, por exemplo, reivindicam o pagamento do piso salarial de 2015 e estrutura nas unidades de ensino

Karla Pinheiro

**P**rofessores, merendeiras, vigilantes, auxiliares administrativos e executores de serviços básicos efetivos da rede estadual de ensino se reuniram ontem, 24, em frente à sede da Secretaria de Estado da Educação (Seed), para cobrar do Governo do Estado o pagamento do piso salarial de 2015 e mais compromisso com a educação pública, já que a Seed iniciou uma política de municipalização do ensino fundamental.

"Isso nos preocupa muito. Primeiro, porque se o Estado entrega o ensino fundamental aos municípios, o governo renuncia receita. Hoje a lógica do financiamento da educação é quem tem mais matrícula tem mais dinheiro, então como o Governo diz que não tem dinheiro para pagar o piso e adota uma política de renúncia de receita? Isso não tem sentido isso", aponta Roberto Silva, diretor de base do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe (Sintese).

"Outro ponto é a situação funcional dos professores e servidores. Vai chegar o momento em que os professores e servidores não terão onde trabalhar. O que o Governo vai fazer com esse pessoal? São cerca de 11 mil professores concursados, fora os servidores. Os municípios não terão condições de manter o ensino fundamental porque é a parte mais frágil financeiramente da União. O Estado precisa assumir essa responsabilidade também. Hoje o ensino fundamental atende cerca de 97% das crianças em idade escolar, na medida que o município vai assumindo o ensino fundamental, pode ter um retrocesso nesse atendimento", alerta.

## • Os colégios

O Sintese é contra a medida adotada pelo Governo do Estado e acredita que não é dessa forma que a educação irá melhorar. "O secretário de educação diz que as escolas são um inferno, o que entendemos como uma falta de respeito, mas ao invés do Estado reconhecer que existe um problema na educação e criar uma política de reforma, de manutenção e garantir as



Chegará o momento em que não teremos onde trabalhar"

Roberto Silva  
Diretor de Base do Sintese

condições para que a escola funcione com qualidade, ele pega as escolas e entrega ao município, o que para nós é uma grande erro, e não vamos aceitar", afirma Silva.

Ainda segundo o sindicato, a Constituição Federal diz que o ensino fundamental é de co-responsabilidade do Estado e dos municípios. "O Governo agora não quer mais assumir essa responsabilidade. O que vai acontecer a médio prazo? Os municípios não terão condições financeiras para garantir o ensino fundamental às nossas crianças e isso é muito grave. A gente inclusive já pediu uma intermediação do Ministério Público



Professores e servidores realizaram um manifesto em frente à Secretaria de Estado da Educação

**Estadual (MPE)**, foi marcada uma audiência para o último dia 19 para tratar a pauta, mas a SEED não compareceu. Na verdade o Estado não quer discutir o problema e a alternativa para isso é entregar os prédios escolares aos municípios", completa o diretor.

## • Piso salarial

Outro motivo da manifestação é o pagamento do piso salarial do magistério de 2015. De acordo com o Sintese, o Governo do Estado já sinalizou que este ano apenas os professores de nível médio receberão o reajuste de 13,01%.

"Tivemos uma reunião com o secretário de Educação no final do mês de fevereiro e ele nos disse que o Governo só ia pagar o reajuste este ano aos professores de nível médio. Nós entendemos que é um grande retrocesso. Essa foi a política que o ex-governador Marcelo Déda quis implementar na rede estadual em 2012. Ou seja, de 2009 quando foi implementado até 2011 o piso foi pago a todos. Em 2012 o Governador não quis pagar para todos, pagou apenas para nível médio", conta Silva.

"Em 2013, quando Jackson

Barreto assumiu interinamente o Estado, ele negociou o piso para todos, em 2014 pagou o piso para todos e ainda negociou o passivo de 2012 que não havia sido pago. Então o Governo reconhece que errou em 2012 e agora vem com a mesma história, que o piso não é para todos, só para professor de nível médio. A lei diz que o piso é para todos os professores e essa é uma interpretação do Governo para negar o direito ao piso salarial", garante o sindicalista.

Segundo o Sintese, até o momento o secretário de Educação, que informou a categoria na reunião em fevereiro que trataria a questão do piso com o governador, não deu retorno. No dia 15 de abril haverá uma paralisação estadual na Educação. Professores e servidores sairão em marcha da Praça da Bandeira até o Palácio de Despachos para cobrar respostas do Governo.

## • Sintraeducase

Também participaram do ato os servidores efetivos da Educação. Eles cobram do Governo do Estado a realização de concursos públicos, o fim das terceirizações, a não

municipalização do ensino fundamental e o cumprimento do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV).

"O PCCV foi aprovado em julho de 2014 e até agora não vimos nada na prática. O que o Governo fez foi aumentar nosso salário base para R\$ 900, mas criou um desconto denominado 'Ajuste Provisório da Lei de Responsabilidade Fiscal', que nos tira cerca de R\$ 180 por mês", diz Johan Bezerra, presidente do Sindicato dos Funcionários de Escola do Estado de Sergipe (Sintraeducase).

O sindicalista diz ainda que os funcionários de escola, segundo diz a lei federal nº 12.014/2009, também são educadores, só que não são docentes e têm os mesmos direitos que os professores, com exceção da regência de classe. "Temos nossos direitos avacalhados e queremos ser tratados como manda a lei", finaliza Bezerra.

## • Seed

Procurada pela reportagem do Jornal Correio de Sergipe, a Secretaria de Estado da Educação ficou de encaminhar nota, mas até o fechamento da matéria não enviou.